

ENTREVISTA: Jussara Reis Prá

Depoimento Concedido por Jussara Reis Prá, Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS), para o 5º número da Revista Gênero na Amazônia/GEPEM/UFPA.

RG - Início de suas atividades acadêmicas (UFRGS?) (um pouco sobre a sua história de vida – ativismo feminista antes da academia? etc);

JRP - Começo as atividades acadêmicas nas UFRGS, em 1979, como aluna do então Programa de Mestrado em Antropologia, Sociologia e Ciência Política. O desdobramento das áreas deu origem ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, no qual iniciei formação autodidata em estudos sobre mulher e gênero. Até o ingresso no mestrado não tive participação ativa em atividades feministas ou de militância.

RG - Sendo sua formação pós-graduada integral na área da Ciência Política, quando e como você inicia a desenvolver os estudos sobre a questão da mulher e as teorias de gênero? Houve algum fato que a conduziu para esses estudos?

JRP - Passei a ter interesse pelo tema mulher a partir de 1982, estimulada pela participação em um projeto de pesquisa sobre comportamento eleitoral. Este resultante de uma espécie de projeto integrado no qual também estava previsto um estudo sobre mulher. No entanto, os e as discentes – estas em número bem menor – do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política não se interessaram em tratar do tema mulher. Por fim, coube a um professor estrangeiro, recém-chegado dos Estados Unidos, a incumbência de elaborar o estudo referido. Nesse momento, eu ingressava na UFRGS como pesquisadora e comecei a participar deste estudo. Tal experiência me levou a muitas revisões de bibliografia, o que me fez mudar o projeto de dissertação sobre política rio-grandense para o tema mulher. Desde então, a relação mulher e política passaria a ser parte de minhas preocupações intelectuais. O aprofundamento nos estudos de gênero viria logo depois, em meados dos anos 1980.

RG - E sua inserção nos grupos e núcleos de estudos de gênero? A objetividade é a ação política acadêmica? Ou reflete também sua militância feminista?

JRP - A defesa da Dissertação de Mestrado sobre a situação das mulheres na sociedade Porto-Alegrense, em março de 1984, motivou a criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher (NIEM) na mesma oportunidade. Na ocasião, a presença da professora Fanny Tabak em minha banca examinadora serviu para encaminhar o processo de implantação do Núcleo na Universidade. Aquela, responsável pela criação do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1983), também incentivadora da criação do NEIM (UFBA), em 1983. A partir de 1984, comecei a participar de um grupo de trabalho sobre Mulher e Política na ANPOCS. Tal inserção levou à escolha do tema do projeto do futuro doutorado na USP, onde ingressei em 1987. Os percursos para a elaboração da tese, que versou sobre a representação política de gênero e a questão institucional (1992), são causa e consequência de minha militância feminista.

RG - Quais as principais linhas do estudo de gênero que você tem desenvolvido até hoje? A ênfase é a teoria feminista? Por quê?

JRP - A ênfase dos meus estudos é a teoria feminista. Entre as principais linhas de pesquisa, estão: Produção cultural e lógica de gênero; Mulheres e representação política; Cultura política, estereótipos e ideologias de gênero; Gênero e juventude no processo de socialização e de construção da cidadania; Políticas públicas de gênero e direitos humanos. Eleger os estudos feministas como foco de interesse se reveste de significado especial, particularmente, por se tratar de uma teoria construída na prática política, fruto da ação política, e poucas teorias têm esta característica.

RG - Principais correntes que você tem estudado na teoria de gênero & teoria política feminista?

JRP - O pensamento feminista congrega dimensões teóricas e políticas nas explicações e interpretações sobre a realidade das mulheres e das relações de gênero, sem tendência a unanimidades. A riqueza da construção do

conhecimento feminista permite a apropriação de reflexões oriundas de correntes de diferentes tradições analíticas. Assim, independente de adotar percepções humanistas ou críticas, com as quais me identifico, não perco de vista as preocupações originárias de um feminismo emancipatório que se encaminhou à busca de estratégias de ação política voltadas a superar discriminações e desigualdades de sexo/gênero, raça/etnia, classe social idade, orientação sexual, localização geográfica etc.

RGA - Você considera importante esse conceito nos estudos atuais sobre diversidade social e a conexão com as demais áreas das ciências de um modo geral? Pode explicar?

JRP - Como diz Glória Bonder (2003), as relações de gênero interagem com outras relações sociais como as de classe, etnia, idade etc.; todas estas formadoras da estrutura e dinâmica das sociedades. Por isso, as análises de gênero devem dar conta desta complexidade.

Ainda segundo esta autora: “Quem utiliza o conceito de gênero como categoria de análise e/ou como princípio ético-político assume que as desigualdades entre homens e mulheres devem ser transformadas para alcançar uma sociedade plenamente democrática e justa” (2003, p.1). Tal convicção, segundo ela, é capaz de impulsionar a participação da sociedade, originar novas instituições e modificar normas e valores culturais. Corroborando este olhar feminista conforme a perspectiva de gênero, estimo trazer elementos a minha reflexão acadêmica que possam ser apropriados para a elaboração de práticas e projetos direcionados a fortalecer o capital político das mulheres.

O uso do conceito de gênero no contexto das Intersecções do ser mulher permite identificar e refletir sobre a diversidade de situações e interesses do segmento feminino. Ao mesmo tempo, exige o aporte de outras áreas disciplinares, entre elas: Sociologia, Antropologia, História e Direito.

RGA - Quais os principais autores que você utiliza nesses estudos?

JRP - É difícil nomear aqui as principais autoras ou autores que utilizo, não gostaria de pecar por esquecimento. Mas utilizo autoras e autores de outros países, além da América Latina e, principalmente, brasileiras/os. Como cientista política, tenho um apreço particular por Carole Pateman e

por sua reflexão sobre o Contrato Sexual (casamento e prostituição), que considero chave para entender como o Estado de Direito se organiza a partir da exclusão das mulheres.

RGa - Considerando sua contribuição na pesquisa brasileira sobre gênero, desigualdade social, cidadania e representação política feminina, quais os trabalhos que você considera importantes para as discussões sobre a diversidade social?

JRP - Se a pergunta se relaciona à produção específica, cito três artigos recentes, como segue:

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p.81-101.

_____. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, Denise (Org.). Mulheres, política e poder. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011. p. 103-127

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

RGa - No seu ponto de vista, há avanços da mudança de olhar as mulheres brasileiros/as? Na academia? Na sociedade? Na política?

JRP - A partir do momento (1982) em que comecei a elaborar estudos sobre mulher e gênero, percebi que assuntos dessa natureza não se situavam entre as questões acadêmicas de prestígio; em decorrência quase não se dispunha de espaço para discuti-los na universidade. Ademais, não faltavam questionamentos quanto à validade do tema e ressalvas de que eleger as mulheres ou as relações de gênero como objeto de estudo poderia ser uma escolha equivocada para quem pretendesse uma carreira acadêmica profícua. Sem dúvida, recebi estímulos para prosseguir nestas análises, mas não se pode desconhecer que ainda persistem “críticas acadêmicas” a respeito. Situação semelhante verifica-se na política e em outras instâncias decisórias. Para tanto, basta conferir o déficit da presença de mulheres em

espaços de poder e decisão. Já os avanços sociais no sentido apontado parecem significativos, não obstante, agências de socialização como família, escola e a mídia ainda contribuem para reproduzir ideologias e estereótipos de gênero de forma a situar as mulheres em situação subalterna.

RG - Nesses avanços, quais, a seu ver, as contribuições que têm dado os grupos de estudos de gênero das universidades? Acha que esses grupos devem se tornar presentes nos movimentos sociais e de mulheres quando convidados?

JRP - Os grupos de gênero nas universidades têm tido papel expressivo para oferecer diagnósticos sobre questões das mulheres e as relações de gênero. Produto este traduzido em estratégias de ação política e utilizado para formatar a agenda feminista e subsidiar o desenho, a execução e o monitoramento de políticas públicas.

A interlocução entre grupos acadêmicos e os movimentos sociais é necessária e indispensável. Nesse sentido, a parceria entre feminismo acadêmico, feminismo social e feminismo governamental tem sido responsável pela inclusão da agenda de gênero no sistema político de diferentes países.

No cenário aludido, a consolidação do campo de estudos feministas aflui de cenários nacionais para fóruns internacionais e retorna aos locais de origem. Refiro-me aqui ao contexto da Organização das Nações Unidas (ONU), de onde emergiram instrumentos específicos de promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres de alcance global.

No Brasil, tal incidência resultou em diagnósticos sobre as desigualdades de gênero, produzidos por organizações não governamentais e por grupos universitários dedicados a estudos e pesquisas sobre mulheres e gênero. Situação a incluir: o Diagnóstico da Década da Mulher (1976-1985), elaborado para a III Conferência sobre Mulher (Copenhague, 1985), e os informes apresentados ao Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, sigla em inglês), em 2003, 2007 e 2012. Ao que se soma o documento do Governo brasileiro levado a Beijing (1995) e construído a partir do diálogo entre Estado e sociedade civil, leia-se, elaborado por grupos de mulheres e feministas. Produção da qual tive o privilégio de participar.

RGA - Outras questões que você queira responder e que não foram tratadas aqui.

JRP - Como recém-casada em 1977, e no momento concluindo a graduação em Ciências Sociais, tudo indicava que eu ficaria dedicada à tarefa de esposa e mãe. Quando muito eu poderia aspirar a um emprego no setor público. Na ocasião, a vida acadêmica parecia algo distante, tanto no meu caso quanto no de minhas colegas.

A despeito destas perspectivas e das dificuldades acima apontadas, defendi uma dissertação de mestrado sobre a situação das mulheres (1984) e apresentei uma tese de doutoramento versando sobre a representação política de gênero (1992), às quais se somaram artigos e capítulos de livros tratando sobre o tema mulher e as relações de gênero, sob a ótica da teoria feminista crítica. O que equivale a dizer que a minha trajetória intelectual tem uma vinculação estrita com a emancipação da mulher proposta pelo feminismo.

Obras citadas:

BONDER, Glória. 2003. Equidade de gênero na educação: renovando compromissos. Disponível em: <http://www.educoas.org/portal/pt/tema/editorial/nov03>

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Entrevistadora: Maria Luzia Álvares, Coordenadora do GEPEM/UFPA.

Jussara Reis Prá é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP; Professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da UFRGS. Integrante do Observatório da Lei Maria da Penha; Consultora *ad hoc* do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”; Bolsista de Produtividade do CNPq. **E-mail:** jussarapra@yahoo.com.br
